PROCESSO: 6018.2021/0029655-0

COORDENADORIA DE PARCERIAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE
CONTRATO DE GESTÃO Nº 013/2008-SMS.G/NTCSS
HOSPITAL MUNICIPAL INFANTIL MENINO JESUS
BALANÇO PATRIMONIAL 2019/2020 - INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS

Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês
Unidade - Hospital Municipal Infantil Menino Jesus

CNPJ nº 09.538.688/0003-02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - CARVE-OUT

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais - R$)*

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante			
Recursos financeiros vinculados à projetos	4	16.086.491	3.968.223
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.513.029	1.585.371
Estoques	6	1.395.581	802.142
Créditos diversos	7	313.085	188.255
Total do ativo circulante		19.308.186	6.543.991
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		144.746	126.154
Imobilizado	8	2.871.886	4.473.310
Total do ativo não circulante		3.016.632	4.599.464
Total do ativo		22.324.818	11.143.455

Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante			
Fornecedores	9	2.731.228	2.990.599
Obrigações trabalhistas	10	7.539.058	7.363.659
Obrigações tributárias de terceiros	11	135.759	144.101
Outras contas a pagar		788	2.420
Outras contas a pagar - partes relacionadas	12	2.183.000	2.183.000
Total do passivo circulante		12.589.833	12.683.779
Passivo não circulante			
Provisão para demandas judiciais	13	4.895.585	1.211.920
Subvenções de investimentos a realizar	14	199.248	630.393
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	15	1.666.446	3.307.471
Total do passivo não circulante		6.761.279	5.149.784
Patrimônio líquido	16		
(Déficits) acumulados		(6.690.108)	(7.170.885)
Superávit do exercício		9.663.814	480.777
Total do patrimônio líquido		2.973.706	(6.690.108)
Total do passivo e do patrimônio líquido		22.324.818	11.143.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - Municipal	17	59.514.125	52.700.606
Parceria com restrição - Federal	18	27.806.644	18.410.246
Parcerias com poder privado		193.215	200.000
Receitas com doações	19	1.850.144	1.193.885
		89.364.128	72.504.737
Custos e despesas operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	20	(67.349.466)	(63.520.527)
Utilidade pública	21	(1.576.620)	(1.957.147)
Serviços profissionais	22	(5.270.297)	(4.283.024)
Contingências	13	(3.931.300)	(404.175)
Depreciações	8	(897.945)	(805.321)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	23	(898.140)	(1.259.863)
		(79.923.768)	(72.230.057)
Superávit operacional antes do resultado financeiro		9.440.360	274.680
Despesas financeiras	24	(15.183)	(18.788)
Receitas financeiras	24	238.637	224.885
Receitas financeiras, líquidas	24	223.454	206.097
Superávit do exercício		9.663.814	480.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais - R$)

	(Déficits) acumulados	Superávit do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(7.406.916)	236.031	(7.170.885)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	236.031	(236.031)	-
Superávit do exercício	-	480.777	480.777
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(7.170.885)	480.777	(6.690.108)
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	480.777	(480.777)	-
Superávit do exercício	-	9.663.814	9.663.814
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(6.690.108)	9.663.814	2.973.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Superávit do exercício	9.663.814	480.777
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	9.663.814	480.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	9.663.814	480.777
Ajustes por:		
Provisão para contingências	3.931.300	404.175
Depreciações	897.945	805.321
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	944.459	(376.792)
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(12.118.268)	(257.364)
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	72.342	(1.585.371)
Estoques	(593.439)	(209.362)
Créditos diversos	(124.830)	(91.545)
Depósitos judiciais	(18.592)	67.258
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(259.371)	551.465
Obrigações trabalhistas	175.399	1.261.801
Obrigações tributárias	(8.342)	55.201
Outras contas a pagar	(1.632)	129
Contingências pagas	(247.635)	(138.863)
Subvenções de bens a apropriar - imobilizado	(1.842.404)	(800.854)
Subvenções de Investimentos à Realizar	(431.145)	566.368
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	39.601	732.344
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Subvenções de bens a apropriar - compras de imobilizado	201.379	1.621.991
Adições no imobilizado	(240.980)	(2.354.335)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	(39.601)	(732.344)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve-out"
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

1.1 Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto")

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma associação sem fins lucrativos que, nos termos de seu Estatuto Social, tem por objeto "fomentar ou realizar atividades de promoção, proteção e assistência à saúde, sem finalidade lucrativa, através de ações na área médica, saúde, pesquisa e ensino, consultoria e prestação de serviços, inclusive relacionados à gestão de serviços de saúde, entre outras ações sociais, de forma isolada ou através de parcerias com órgãos públicos ou entidades congêneres" (artigo 2º).

Constituído em 14 de abril de 2008, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32 e declara que sua área de atuação é exclusivamente no setor de assistência social em saúde (requerimento do art.22, parágrafo único da Lei 12.101/09).

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública.

1.2 Impacto do COVID-19 nas operações

A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo.

O Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade") é considerado como serviço essencial, desta forma tomamos todas as medidas conforme orientação dos gestores públicos e mantivemos nossas atividades operacionais, visto que estamos no rol de atividades prioritárias e de fundamental importância. Na nota explicativa nº 1.5 encontra-se a movimentação de numerários que recebemos para atendimento exclusivo de combate a pandemia.

Não detectamos nenhum impacto de impairment no exercício por conta deste evento.

1.3 Imunidade Tributária

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre sua renda, patrimônio e serviços.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público.

1.4 Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Unidade")

Inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0003-02, localizada na Rua dos Ingleses, nº 258 - Bela Vista. Em 15 de outubro de 2008 foi celebrado Contrato de Gestão nº 013/2008-NTCSS-SMS com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), assumindo a gestão a partir de 1º de janeiro de 2009, renovado mediante os seguintes termos aditivos nº 01/2020 de janeiro a março no montante de R$ 14,7 milhões, nº 2/2020 para abril, nº 50/2020 para maio, nº 51/2020 para junho, nº 52/2020 para julho (custeio), nº 53/2020 para agosto, nº 54/2020 para setembro, nº 55/2020 para outubro, nº 57/2020 para novembro, cada um no montante de R$ 4,9 milhões, totalizando R$ 58,6 milhões.

1.5 Desempenho da Entidade em 2020

A unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus (HMJ) incorreu em superávit de R$ 9,7 milhões no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Esse resultado garantiu a inversão do patrimônio líquido negativo que, desde 2010 não apresentava valores positivos. O valor do patrimônio líquido de 2020 ficou em R$ 2,9 milhões. O ativo circulante excede ao passivo circulante em R$ 6,7 milhões.

O superávit acima registrado se deu principalmente por conta das efetivas negociações que ocorreram entre a Diretoria Executiva do IRSSL e a SMS para que fosse considerado um reajuste no contrato de gestão em 2020, que pudesse viabilizar a operação da unidade de forma equilibrada. Após diversas rodadas de negociação, ocorreu o reajuste de 12,94% sobre o valor já corrigido em 4,0% no final de 2019.

Importante destacar também que a crise gerada pela pandemia de Covid-19, contribuiu para redução nas atividades ambulatoriais, diagnosticas e cirúrgicas, no decorrer do ano de 2020, não havendo exigência, por parte da SMS, quanto ao cumprimento das metas do contrato de gestão e também não ocorreram cortes nos repasses durante esse período. Além disso, a unidade recebeu o valor de R$ 814 mil em doações financeiras destinadas exclusivamente ao combate da pandemia. Os recursos foram utilizados para a compra de insumos, materiais e contratação de pessoal.

Esses fatos, aliados às boas práticas de administração, controle de despesas e gestão de custos, serviram para equilibrar a operação e trazer oportunidades futuras de investimento nas melhorias necessárias da unidade. Há também a expectativa de manutenção de superávit para o exercício de 2021, conforme previsto em orçamento.

Em dezembro de 2020 o HMJ recebeu upgrade no seu certificado de excelência pela Organização Nacional de Acreditação (ONA 2). O certificado reconhece padrões de qualidade e segurança do paciente, além da gestão integrada em todas as áreas, demonstrando que a unidade apresenta uma cultura organizacional de melhoria contínua e maturidade institucional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Entidade") gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto") os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS's).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Instituto em 30 de março de 2021.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Instituto e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)); e

• Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 13).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

• **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

• **Nível 2**: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

• **Nível 3**: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2.

O Instituto reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros

d. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. Dessa forma a Entidade não apresenta em seu balanço patrimonial a rubrica de caixa e equivalentes de caixa, consequentemente não há variação a ser apresentada na demonstração do fluxo de caixa associada a esse tema.

b. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2020, data de transição do Instituto para as normas CPCs (IRFS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Instituto.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

d. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

g. Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

i. Subvenções governamentais

Os valores recebidos da Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguinte forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas.

Subvenção para investimentos - relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto apenas recebido registrados na rubrica "Subvenções de investimentos a realizar", após a aquisição do ativo, o montante é reclassificado para a rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos.

Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

j. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos ente público geralmente no início do mês seguinte à competência.

k. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve-out".

l. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O recursos a receber de projetos de contratos de gestão e convênios são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2020 e 2019 o Instituto não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Arrendamentos

O Instituto optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Instituto reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. Em 2020, o Instituto não possui ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento dentro do escopo da norma CPC06 (R2).

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue:

(a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

(b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

(c) Outras Normas:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

4 Recursos financeiros vinculados a projetos

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	3.034	1.056
Aplicações financeiras	16.083.457	3.967.167
	16.086.491	3.968.223

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 82% a 94% do CDI (em 2019 a remuneração foi de 82% a 94% do CDI).

5 Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos a receber de projetos-PROADI SUS (a)	1.513.029	1.585.371

As movimentações financeiras dos contratos de gestão e recursos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados nos quadros abaixo:

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2019	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos Custeio	Recursos a receber 31/12/2020
Hosp. Municipal Infantil M. Jesus (a)	-	58.640.004	-	-	(58.640.004)	-
Hosp. Menino Jesus - PROADI - SUS (b)	1.585.371	27.806.644	-	-	(27.878.986)	1.513.029
	1.585.371	86.446.648	-	-	(86.518.990)	1.513.029

Unidades	Recursos a Receber 31/12/2018	Recursos de Custeio	Recursos de Investimentos	Recursos Recebidos - Investimentos	Recursos Recebidos Custeio	Recursos a receber 31/12/2019
Hosp. Municipal Infantil M. Jesus (a)	-	51.920.000	1.197.391	(1.222.106)	(51.895.285)	-
Hosp. Menino Jesus - PROADI - SUS (b)	-	18.410.246	-	-	(16.824.875)	1.585.371
	-	70.330.246	1.197.391	(1.197.391)	(68.744.875)	1.585.371

(a)Os recursos para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de "custeio" são composto dos seguintes termos aditivo: n° 01/2020 de janeiro a março no montante de R$ 14.660.001 e n° 02/2020 de abril, n° 50/2020 de maio, n° 51/2020 de junho, n° 52/2020 de julho, n° 53/2020 de agosto, n° 54/2020 de setembro, n° 55/2020 de outubro, n° 57/2020 de novembro e n° 58/2020 de dezembro, cada um no montante de R$ 4.886.667, totalizando R$ 58.640.004 em 2020.

(b)Refere-se ao reembolso de despesas para realização do Projeto "Escola de Transplante" PROADI-SUS, Processo/NUP 25000.009754/2018-93, com a vigência para o triênio de 2018/2020, em contrapartida, apresentamos o registro deste reembolso no resultado na rubrica Parceria com restrição – Federal (nota 18)

6 Estoques

	31/12/2020	31/12/2019
Medicamentos, materiais médico-cirúrgicos e enfermagem	1.347.757	746.260
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	47.824	55.882
	1.395.581	802.142

7 Créditos diversos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a funcionários	276.379	181.295
Despesas a apropriar	36.706	6.960
	313.085	188.255

8 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação Acumulada	2020	2019
Instalações	10%	3.681.260	(2.515.421)	1.165.839	1.446.331
Móveis e utensílios	10%	340.093	(131.770)	208.323	284.175
Máquinas e equipamentos médicos	10%	4.404.587	(3.320.308)	1.084.279	1.630.375
Máquinas e equipamentos em geral	10%	527.168	(198.816)	328.352	966.875
Software e hardware	20%	326.282	(241.189)	85.093	145.554
Total		9.279.390	(6.407.504)	2.871.886	4.473.310

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Instalações	3.681.260	-	-	3.681.260
Móveis e utensílios	380.425	10.220	(50.552)	340.093
Máquinas e equipamentos médicos	4.501.268	183.517	(280.198)	4.404.587
Máquinas e equipamentos em geral	1.090.532	45.512	(608.876)	527.168
Software e hardware	337.429	1.731	(12.878)	326.282
Total custo	9.990.914	240.980	(952.504)	9.279.390
Depreciação				
Instalações	(2.234.929)	(280.492)	-	(2.515.421)
Móveis e utensílios	(96.250)	(35.941)	421	(131.770)
Máquinas e equipamentos médicos	(2.870.893)	(451.750)	2.335	(3.320.308)
Máquinas e equipamentos em geral	(123.657)	(80.233)	5.074	(198.816)
Software e hardware	(191.875)	(49.529)	215	(241.189)
Total depreciação	(5.517.604)	(897.945)	8.045	(6.407.504)
Saldo líquido	4.473.310	(656.965)	(944.459)	2.871.886

Custo	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Instalações	2.515.421	1.165.839	-	3.681.260
Móveis e utensílios	421.178	-	(40.753)	380.425
Máquinas e equipamentos médicos	4.836.594	29.415	(364.741)	4.501.268
Máquinas e equipamentos em geral	-	1.090.532	-	1.090.532
Software e hardware	271.794	68.549	(2.914)	337.429
Total custo	8.044.987	2.354.335	(408.408)	9.990.914
Depreciação				
Instalações	(1.983.387)	(251.542)	-	(2.234.929)
Móveis e utensílios	(201.065)	(42.038)	146.853	(96.250)
Máquinas e equipamentos médicos	(3.108.919)	(460.568)	698.594	(2.870.893)
Máquinas e equipamentos em geral	-	-	(123.657)	(123.657)
Software e hardware	(204.112)	(51.173)	63.410	(191.875)
Total depreciação	(5.497.483)	(805.321)	785.200	(5.517.604)
Saldo líquido	2.547.504	1.549.014	376.792	4.473.310

9 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	2.731.228	2.990.599

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos (a)	113.827	578.052
A vencer até 30 dias	2.567.165	2.331.287
A vencer de 31 à 180 dias	50.236	81.260
	2.731.228	2.990.599

(a)A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

10 Obrigações trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias e encargos sobre férias	3.725.687	3.532.802
Salários e ordenados a pagar	2.350.130	2.399.533
Contribuições e encargos sociais	1.463.241	1.431.324
	7.539.058	7.363.659

11 Obrigações tributárias de terceiros

	31/12/2020	31/12/2019
PIS / COFINS / CSLL	73.327	67.199
INSS pessoa jurídica	46.193	56.155
IRRF	10.436	11.155
ISS	5.803	9.592
	135.759	144.101

12 Outras contas a pagar - partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Unidade Estratégia Saúde da Família (a)	2.183.000	2.183.000

As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa. As transações não possuem contratos com vencimento, juros e garantias.

(a)Refere-se a repasse público efetuado pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo para o IRSSL, através de contrato de gestão, com o objetivo de promover a gestão das unidades básicas de saúde do núcleo Estratégia Saúde da Família do Município de São Paulo, aplicadas na gestão do Hospital Menino Jesus. Estão em andamento as tratativas para formalização de declaração expressa de autorização expedida pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, o qual deverá ser concluída no decorrer de 2021.

13 Provisão para demandas judiciais

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para demandas judiciais	4.895.585	1.211.920

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo causas trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

Movimento de 2020

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	1.211.920	1.235.670	(203.232)	(247.635)	1.996.723
Cível (a)	-	2.898.862	-	-	2.898.862
	1.211.920	4.134.532	(203.232)	(247.635)	4.895.585

Movimento de 2019

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	946.608	551.858	(147.683)	(138.863)	1.211.920

(a) O contingenciamento cível provisionado para este exercício refere-se a mudança de riscos dos processos classificados como possível em 2019 para provável em 2020, com seus valores de risco atualizados. Tais processos têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

A unidade está envolvida em outros processos surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos em 31 de dezembro de 2020 são referentes a área trabalhista no montante de R$ 102.142 (R$ 752.207 em 2019). Para a área cível não houve processos em 2020 (R$ 2.223.051 em 2019), apenas mudança de risco possível para provável do montante total de de R$ 2.223.051 para 2020, devidamente atualizados.

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados.

14 Subvenções de investimentos a realizar

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções de investimentos a realizar	199.248	630.393

Movimento de 2020

	Saldo em 31/12/2019	Recebimento de Recursos	Consumo	Receitas Financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2020
Subvenções de investimentos a realizar	630.393	120.000	(551.145)	-	199.248

Movimento de 2019

	Saldo em 31/12/2019	Recebimento de Recursos	Consumo	Receitas Financeiras líquidas	Saldo em 31/12/2020
Subvenções de investimentos a realizar	64.025	1.222.106	(655.738)	-	630.393

Referem-se aos recebimentos da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, classificados como investimentos para aquisições de equipamentos para a unidade, vide nota explicativa nº 5.

15 Subvenção de bens a apropriar – imobilizado

	31/12/2020	31/12/2019
Subvenções de investimentos a realizar	1.666.446	3.307.471

Movimento de 2020

	Saldo em 31/12/2019	Total de Aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2020
Subvenções de Bens a apropriar - Imobilizado	3.307.471	201.379	(944.459)	(897.945)	1.666.446

Movimento de 2019

	Saldo em 31/12/2018	Total de Aquisições	Total de Baixas	Depreciação Acumulada	Saldo em 31/12/2019
Subvenções de Bens a apropriar - Imobilizado	2.486.334	1.621.991	-	(800.854)	3.307.471

As subvenções para investimentos são classificadas no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar - imobilizado", sendo reconhecida como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Vide notas explicativas nº 8 e 14.

16 Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social do Instituto, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

Remuneração da administração

O Instituto não remunera de forma direta ou indireta seus membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

17 Receitas dos contratos de gestão – Municipal

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com contrato de gestão Municipal – Hospital Menino Jesus (a)	58.640.004	51.895.285
Receita com Subvenção de Imobilizado	874.121	805.321
	59.514.125	52.700.606

(a) As receitas apresentadas nesta rubrica destinam-se ao custeio das atividades nas unidades com a Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1). Adicionalmente as movimentações financeiras encontram-se evidenciadas na nota explicativa nº 5.

18 Parcerias com restrição - Federal

	31/12/2020	31/12/2019
Parceria com restrição - Federal	27.806.644	18.410.246
	27.806.644	18.410.246

Nessa rubrica são registradas as entradas de recursos referentes exclusivamente ao reembolso das despesas incorridas pelo Instituto com os atendimentos e procedimentos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), apurado pelo seu custo, ou seja, reembolso de gastos nos mesmos montantes das despesas incorridas por conta e ordem do PROADI-SUS.

19 Receitas com doações

	31/12/2020	31/12/2019
Doação Instituto de Responsabilidade Social Sirio Libanês – Covid-19 (a)	1.551.288	-
Doação Sociedade Beneficente de Senhoras - Hopital Sírio-Libanês (b)	-	1.154.940
Outras receitas com doações em material (c)	298.856	38.945
	1.850.144	1.193.885

(a) Doações recebidas de empresas diversas pela Matriz e repassadas às unidades excepcionalmente para assegurar a realização da prestação de serviços que teve maior incidência devido ao Covid-19.

(b) No exercício de 2019 a Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio-Libanês custeou a reforma da unidade, tal custeio não foi necessários em 2020.

(c) Doações recebidas de fornecedores diversos.

20 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	(44.517.626)	(42.833.244)
Serviços médicos	(6.203.597)	(6.890.794)
Medicamentos e materiais	(7.581.914)	(5.637.453)
Nutrição	(4.510.114)	(3.859.965)
Higiene e limpeza	(2.138.514)	(2.114.520)
Segurança e vigilância	(1.171.350)	(1.151.602)
Materiais de consumo	(924.436)	(703.307)
Lavandeira e rouparia	(301.915)	(329.642)
	(67.349.466)	(63.520.527)

21 Utilidade pública

	31/12/2020	31/12/2019
Energia elétrica	(918.252)	(961.113)
Água	(357.846)	(663.008)
Telecomunicações	(247.196)	(279.230)
Gás natural	(51.399)	(50.926)
Combustíveis e lubrificantes	(1.927)	(2.870)
	(1.576.620)	(1.957.147)

22 Serviços profissionais

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(3.142.808)	(2.419.569)
Suporte em infraestrutura de TI	(1.500.528)	(952.350)
Manutenção e conservação	(543.531)	(838.714)
Consultoria e assessoria	(52.273)	(36.828)
Auditoria	(31.157)	(35.563)
	(5.270.297)	(4.283.024)

(a)Despesas de prestações de serviços executados pelo Instituto para a unidade de acordo com o termo de cooperação.

23 Outras despesas operacionais, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Locação de equipamentos	(751.311)	(627.582)
Inventários nos estoques	(10.055)	(349.014)
Arquivo e guarda de documentos	(39.648)	(101.776)
Uniformes / E.P.I.	(95.183)	(43.894)
Despesas legais / fiscais / parafiscais	(11.104)	(22.585)
Ornamentação e paisagismo	(30.679)	(1.674)
Outras receitas (despesas)	39.840	(113.338)
	(898.140)	(1.259.863)

24 Receitas financeiras, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Outras despesas financeiras	(14.837)	(12.742)
Multas	(61)	(4.962)
Juros incorridos	(285)	(1.084)
	(15.183)	(18.788)
Receita de aplicações financeiras	235.209	210.768
Descontos obtidos	3.428	14.117
	238.637	224.885
	223.454	206.097

25Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019), o Instituto está sujeito aos fatores de:

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Instituto.

O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para garantir sua liquidez, com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde e Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Saúde, buscando equalizar as obrigações assumidas na gestão do Instituto.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2019 Passivos Financeiros Não Derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratuais: Total	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.731.228	2.731.228	2.731.228	-	-	-
Outras Contas a Pagar	788	788	788	-	-	-
Total	2.732.016	2.732.016	2.732.016	-	-	-

31/12/2020 Passivos Financeiros Não Derivativos	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratuais: Total	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1-2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.990.599	2.990.599	2.990.599	-	-	-
Outras Contas a Pagar	4.858	4.858	4.858	-	-	-
Total	2.995.457	2.995.457	2.995.457	-	-	-

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos financeiros vinculados a projetos	16.086.491	3.968.223
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	1.513.029	1.160.816
Outros ativos	313.085	188.255
	17.912.605	5.317.294

26 Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Instituto goza de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 150, VI, "c" e 195, §7º, da Constituição Federal.

PIS e COFINS

Considerando que o Instituto é Entidade sem fins lucrativos e possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos exigidos pela Lei Federal nº 12.101/09, goza de imunidade sobre as contribuições sociais, tais como contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição PIS/PASEP.

ISS sobre a receita (ISSQN)

O Instituto é uma entidade de saúde, sem fins lucrativos, a qual, nos termos do artigo 150, VI, "c", da Constituição Federal, é imune aos impostos incidentes sobre os seus serviços.

Nesse sentido, como entidade imune, deve cumprir todas as obrigações acessórias previstas na legislação municipal de ISS, sobretudo quanto à emissão de nota fiscal na prestação de serviços.

Independentemente da imunidade tributária do Instituto, não há incidência de ISS no âmbito do contrato de gestão, pois não há caracterização de prestação de serviços ao Poder Público.

A administração obteve a declaração de imunidade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob nº 2019-001727/CP01, para o exercício de 2020.

Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto de 2016, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês apresenta a seguir a relação dos tributos, objeto da renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2020 e de 2019. O Instituto não possui escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

• IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica);
• CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido);
• ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
• COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias;
• ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer bens ou direitos);

O Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos, aplicado sobre os contratos de gestão Municipal.

Muito embora existe orientação disposta no parecer nº 223/2013/EHSN/CODELEGIS /COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, desconsiderando estas rubricas da base de cálculo, assim como as receitas com doações, receitas com locações de espaços, repasses mantenedora e reembolsos de despesas, por não representarem prestação de serviço em saúde, adicionalmente informamos abaixo o cálculo como se devido fosse.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita dos contratos de gestão - Municipal	**59.514.125**	**52.700.606**
ISS 2%	1.190.283	1.054.012
PIS 0,65%	386.842	342.554
COFINS 3%	1.785.424	1.581.018
	3.362.549	**2.977.584**
Superávit do exercício	9.440.359	480.777
IRPJ e CSLL 34%	**3.209.722**	**163.464**
Receita com doações	1.923.726	1.193.885
Total da estimativa de isenção - ITCMD (4%)	**76.949**	**47.755**
Total das estimativas e principais renúncias	**6.649.220**	**3.188.803**

27 Isenção de INSS cota patronal

Em 02 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) nº 169, Portaria nº 806, de 26 de agosto de 2020, Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições, Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 244/2020-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.136428/2018-58, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, CNPJ nº 09.538.688/0001-32, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de setembro de 2018 a 20 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 900/SAES/MS, de 29 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 156, de 14 de agosto 2019, seção 1, página 75.

Com o deferimento se mantém o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,0%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,16%.

Em atendimento ao disposto na alínea "d", inciso IX do art. 169 da portaria de consolidação GM/MS Nº 1, de 2017, informamos o montante estimado dos benefícios fiscais usufruídos para os exercícios a seguir. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as contribuições de INSS do ano de 2020 e 2019 e as respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de divulgação de renúncia fiscal abrangendo as contribuições de INSS (cota patronal), em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e encargos	44.517.626	42.833.244
Total da estimativa de isenção (Consolidado) - INSS cota patronal (27,16%)	**12.090.987**	**11.633.509**

Maria Angela Atallah Presidente do conselho de administração do Instituto	**Mario Sergio Cutait** Membro do conselho de administração do Instituto	**Carolina Lastra** Diretora Executiva	**Cláudio Augusto Generoso** Gerente Financeiro e Contábil	**Rildo Ancigan de Siqueira** Contador - CRC 1PE020957/O-0 'T' SP

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "carve-out"

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, gestor da
Unidade Hospital Municipal Infantil Menino Jesus
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "*carve-out*" e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Hospital Municipal Infantil Menino Jesus tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal da Saúde, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretaria Municipal de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, Hospital Municipal Infantil Menino Jesus e Secretaria Municipal da Saúde. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0